Economia em 2013

Semelhante a 2012, porém mais estável

Felippe Serigati*

GERALMENTE, DEZEMBRO é um mês farto de artigos que fazem um balanço do ano corrente e previsões para o ano seguinte. Este texto não trairá esta tradição e a mensagem é simples: para a economia mundial e para a economia brasileira, o ano de 2013 não será muito diferente de 2012, porém será mais tranquilo. O ano de 2012 foi marcado por fortes emoções, vindas principalmente da Europa, notadamente devido:

• às negociações para a rolagem das dívidas dos países periféricos (Grécia, Espanha, Portugal e Irlanda) e da Itália;

• à ameaça de que a insolvência de algum destes países pudesse levar à sua saída da Zona do Euro, abrindo um precedente e causando ainda mais pânico no mercado internacional.

Além das turbulências europeias, este ano também presenciou:

• a troca de comando das autoridades chinesas, que terão o desafio de criar um mercado interno mais dinâmico e resolver o problema do excesso de capacidade instalada ociosa; e

• a reeleição do presidente Barack Obama, que ainda não deixou claro como enfrentará o chamado *fiscal cliff* – um conjunto de estímulos fiscais (corte de impostos e de políticas de transferência de renda) que, quando expirarem, irão retirar da economia norte-americana algo próximo a US$ 670 bilhões (5% do PIB), podendo levar os Estados Unidos e, consequentemente, o mundo a uma nova recessão. Este é um problema que, provavelmente, será resolvido mediante um acordo com os republicanos, o que levará à renovação de parte desses estímulos fiscais. Todavia, a questão de como lidar com o gigantesco déficit americano (US$ 16,1 trilhões) ainda permanecerá sem resposta.

Apesar dos desafios que ficaram ainda sem solução, há menos instabilidades no horizonte do ano de 2013 do que houve no roteiro de 2012. Em linhas gerais, para 2013, tem-se que a Europa irá crescer muito pouco (0,15%), resultado das políticas de austeridade ainda em execução; os Estados Unidos continuarão com uma expansão econômica tímida (2,12%), porém firme, trazendo mudanças estruturais importantes, como o novo desenho de sua matriz energética; e a China prosseguirá com seus esforços para dinamizar o seu mercado interno e reduzir a taxa de investimento, o que levará a um crescimento em torno de 7%.

E o Brasil? O crescimento da economia brasileira em 2012 será ainda menor (1,5%) que aquele observado em 2011 (2,7%), e não há fortes motivos para acreditar que 2013 fugirá deste patamar. Diversos analistas têm apontando que um crescimento de 3% será o teto para o próximo ano. Vários fatores têm contribuído para conter uma expansão mais robusta da economia nacional, tanto do lado da demanda, quanto do lado da oferta. Estes fatores estiveram presentes neste ano, e há poucas perspectivas de que haverá mudanças significativas em 2013. Vale a pena detalhá-los.

Entraves do lado da demanda

Pelo lado da demanda, as exportações brasileiras, o consumo das famílias e os gastos do Governo terão espaço muito limitado para avançar. As exportações registrarão, em 2012 e em 2013, expan-

Mudanças estruturais na matriz energética norte-americana

A mudança da matriz energética norte-americana é uma das bases do processo de recuperação da sua atividade econômica. No novo desenho dessa matriz, há uma intensa substituição:

• de petróleo importado por petróleo nacional; e

• de carvão por gás natural, principalmente canadense, como matéria-prima para produzir energia elétrica.

Os Estados Unidos, além de diminuir paulatinamente sua demanda pelo petróleo externo, também estão criando fortes incentivos para o uso de combustíveis verdes e para a adoção de tecnologias mais eficientes e, portanto, mais econômicas quanto ao uso de combustíveis de origem fóssil.

Isso significa que o mercado internacional de petróleo irá mudar. Parte cada vez maior do petróleo que hoje ainda é exportado para os EUA, aos poucos, passará a ser consumida na China, na Índia e nos próprios países do Oriente Médio – em todos os casos, devido ao crescimento econômico e ao consequente maior consumo. Além disso, o carvão norte-americano que não for consumido no mercado doméstico será exportado para a China e para os países europeus.

O fato dos norte-americanos passarem a contar cada vez menos com o petróleo árabe não significa, necessariamente, que o preço do mercado doméstico estará isolado daquele praticado no mercado internacional. O petróleo tem um mercado internacional muito bem desenvolvido, e o custo de extração do petróleo norte-americano ponderado pela sua qualidade é ainda bastante superior aos custos observados no Oriente Médio.

sões bastante modestas, devido à combinação de dois fatores:

• uma acomodação dos preços das *commodities* agrícolas e minerais, consequência principalmente da redução do ritmo de atividade chinês, saindo de um patamar de crescimento de 10% para algo mais modesto, em torno de 7%;

• a economia internacional desacelerou, principalmente entre os países desenvolvidos. A Europa teve um ano muito conturbado e terá um 2013 ainda bastante apertado; o Japão ainda patina; e os Estados Unidos mantêm seu crescimento lento, embora com mudanças estruturais.

Apesar desse quadro, a limitada expansão da economia internacional e a acomodação dos preços das *commodities* não conseguem explicar isoladamente o fraco desempenho da economia brasileira, pois outros países exportadores de *commodities* apresentarão ao final de 2012 desempenho bem mais favorável. Por exemplo, o Chile, que crescerá 4,9%; a Colômbia, 4,3%; a Rússia, 3,7%; a Austrália, 3,3%; e o México, 3,8%. No caso brasileiro, é importante deixar claro que os problemas que a Argentina, um dos nossos principais parceiros comerciais, têm enfrentado exercem impacto significativo sobre a nossa economia.

Não há perspectivas de que estes dois fatores vão mudar significativamente em 2013. Talvez os preços das *commodities* agrícolas fiquem ligeiramente mais altos devido à política monetária mais frouxa dos países centrais. Porém, o mundo permanecerá crescendo em um ritmo bastante moderado, e a Argentina ainda está longe de ver uma luz no fim do túnel.

Ainda pelo lado da demanda, não há perspectivas de que o consumo venha a se expandir além do que já tem acontecido em 2012. Do lado do Governo, o superávit primário já está bastante deprimido, necessitando de malabarismos contábeis para se aproximar da meta, que é um superávit de 3,1% do PIB. Tanto em 2012, quanto em 2013, espera-se que o Governo alcance um superávit primário de apenas 2,6% do PIB. Ou seja, não há espaço para a concessão de novos benefícios ou reajustes para o funcionalismo público, para aumentos das aposentadorias acima da inflação ou para maior transferência de renda via programas sociais.

De forma semelhante, dificilmente será observada expansão do consumo das famílias além daquela registrada este ano. As famílias já estão bastante endividadas e a inadimplência já está alta. Por fim, qualquer tentativa bem sucedida de expandir a demanda além do patamar em que ela já opera hoje pode forçar ainda mais a inflação, levando o Banco Central a iniciar um novo ciclo de elevação da taxa de juros ou a lançar mão de mais um pacote de medidas macroprudenciais.

Posição Brasileira na Classificação do Banco Mundial sobre Facilidade para Realizar Negócios (Ease of Doing Business)

Facilidade para:	Posição na classificação (Total de 185 países)
Realizar negócios (índice geral)	130
Abrir uma empresa	121
Conseguir permissões para construção civil	131
Conseguir eletricidade	60
Registrar uma propriedade	109
Conseguir crédito	104
Pagar os tributos	156
Transacionar com agentes externos	123
Fazer valer os contratos	116
Resolver problemas de insolvência	143
Grau de proteção dos investidores	82

Fonte: Banco Mundial

Entraves do lado da oferta

As restrições pelo lado da oferta são ainda mais rígidas do que as da demanda. Por muito tempo, parte dos analistas brasileiros defendeu que os preços macroeconômicos mal alinhados (taxa de câmbio apreciada e elevada taxa de juros) eram as principais travas para ampliar os investimentos. Em 2012, a taxa de câmbio foi acomodada em um patamar entre R$ 2,00 e R$ 2,10 e a taxa de juros chegou ao seu menor nível histórico (7,25%). Porém, a taxa de investimentos permanece em 19%, abaixo das necessidades nacionais para acomodar um crescimento superior a 3,5%.

Apesar do ajuste desses dois preços macroeconômicos, a oferta não consegue expandir-se, devido ao elevado custo e à baixa produtividade do sistema produtivo nacional, além de um ambiente de negócios ainda pouco favorável quando comparado aos padrões internacionais. As raízes destes problemas já são conhecidas por todos: limitações da infraestrutura, cujos reflexos ficam claros:

• nos congestionamentos em portos, aeroportos, nas comunicações (telefonia e internet), na instabilidade do fornecimento de energia elétrica, etc.;

• na escassez e baixa qualificação da mão de obra, levando a um aumento de custos;

• na alta e complexa carga tributária; e

• nas intervenções mal-sucedidas por parte do Governo. Por exemplo, no caso das concessões das rodovias; na renegociação dos contratos do setor elétrico; e na forma como o Governo tem influenciado a gestão da Petrobras.

Enfim, não há qualquer motivo para supor que 2013 terá um crescimento muito mais robusto que aquele observado em 2012, nem aqui, nem no mundo como um todo. Por outro lado, felizmente, não há qualquer incêndio mais urgente pré-agendado no roteiro de viagem de 2013, com exceção da questão fiscal norte-americana. ■

*Doutorando em economia pela FGV/EESP e pesquisador visitante da UC Berkeley (felippeserigati@gmail.com)